

Portugal na periferia da Europa

Helena Vaz da Silva

PORQUE ME TERÁ OCORRIDO RESPIGAR DO FUNDO DOS baús este texto quando me pediram para comemorar o 25 de Abril?

Talvez porque sinto a necessidade de ir contra a corrente das evocações redutoras e falsificadoras que abundaram neste 25º aniversário.

Este é um texto escrito quando começava a assentar a poeira levantada pelas alegrias e os perigos, pelo demasiado e pelo muito pouco que foi o nosso 25 de Abril.

Quis, ao escrevê-lo, fixar-me no que me parecia mais perene naquele rio tumultuoso que era então o viver dos portugueses: a nossa identidade, que Eduardo Lourenço diz termos «*em excesso*».

É por nos caracterizar um excesso de identidade que andamos, hoje e sempre, à procura dela.

Há-de haver uma razão para que, no Oriente, se abram sorrisos quando se diz que se vem de Portugal.

Na Birmânia, as crianças na rua logo falam de «de Brito» – um mercenário que há 300 anos lá se tornou rei e se chamava Filipe de Brito Nicote.

Na Tailândia, qualquer guia sabe que os portugueses foram os primeiros estrangeiros a assinar um tratado de amizade com o rei do Sião e que o bairro português na antiga capital de Ayutthaya (ruínas recentemente postas a descoberto) era o maior e o mais famoso.

Em Malaca, país muçulmano, ressoa o «Avé» de Fátima na rua principal cantado por dezenas de crianças malaias que falam há 400 anos um português «cristan»; e sabe-se que estes «portuguiz» são, das três principais comunidades estrangeiras, as que gozam de mais simpatias e até de benefícios legais, como poder jogar na lotaria.

Em Singapura, se a memória não está à tona nas pessoas, ela encontra-se consagrada no Museu Nacional, onde um dr. Luís de Almeida em tamanho natural nos aguarda à entrada, do alto da sua dignidade de fundador.



Forte de São Jorge da Mina, actual Emina (República do Ghana). Fotografia de Joseph Bato'Ora Ballong-Wen-Mewuda. Arquivo da revista Oceanos/CNCDP.

Na China – a vasta China – vêem-se sinais espalhados, as sementes deixadas pelos jesuítas e outras ordens religiosas que conseguiram estatuto de consultores privilegiados junto dos imperadores. Para os chineses, Portugal não é um estranho – e não só por causa de Macau.

Há chineses e tailandeses que, quando comem pão-de-ló ou fios de ovos, sabem que a receita atravessou os mares com os portugueses. Dezenas e dezenas de palavras portuguesas integram o vocabulário de numerosas línguas do Oriente. E o inverso, claro.

Na Índia, a presença de Portugal é uma constante. Não apenas em Goa, Damão e Diu – que permaneceram sob nossa administração até 1961 –, mas também em Madrasta, na costa Oriental, em Cochim, no Sul e até no Norte, no Rajhastan, o reino mongol do grande imperador Akbar – que teve uma mulher portuguesa. As histórias de portugueses cruzam-se com as deles, ao longo dos séculos. Fala-se hoje ainda português corrente em certas partes da Índia. Goa, é claro, é um caso à parte, paradigma (quicá perdido) de um perfeito encontro de culturas. Tal-



vez porque a cultura milenária da Índia a pre-disponha ao acolhimento sereno do que vem de fora, talvez porque o encontro se deu num momento «de ouro» dos portugueses, Goa é um exemplo perfeito de como duas maneiras de estar podem gerar uma terceira, filha de ambas e de ambas distinta. Isso não aconteceu em Bombaim com os ingleses.

O «índo-português» da dourada Goa, na sua originalidade, muito para além de um estilo artístico, foi um encontro de almas: a de um povo-mãe – a Índia, pronto para acolher – e a de um povo-criança – Portugal, desejoso de procurar.

Ouçamos Sophia de Mello Breyner:

*«Navegavam sem o mapa que faziam //
(Atrás deixando conluios e conversas / intrigas
surdas de bordéis e paços) // Os homens sábios
tinham concluído / Que só podia haver o já
sabido: / Para a frente era só o inavegável / Sob o
clamor de um sol inabitável // Indecifrada escrita
de outros astros / No silêncio) das zonas nebulosas /
Trémula a bússola tateava espaços // Depois
surgiram as costas luminosas / Silêncios e pal-
mares frescor ardente / E o brilho do visível frente
a frente».*

Viajou-se desde cedo em Portugal – por necessidade, decerto, mas não apenas a da fome ou do emprego. Os portugueses demandaram sempre o «outro lado», dando-se, ora ao mar desconhecido, ora ao encontro de outras raças, ora a dispares ocupações fora de portas, com a naturalidade de quem procura uma parte de si.

Tenho para mim que é por sermos um povo feito de gente vinda de muitos sítios que gostamos tanto de ir a muitos sítios. Muito se disse das razões que levaram os homens de Quinhentos a navegar: da sua insólita audácia a enfrentar o desconhecido, da sua resistência ímpar a aguentar meses de mar, da sua rara osmose com os hábitos locais; mas não vi que se dissesse que tudo é assim por inevitável marca de um modo

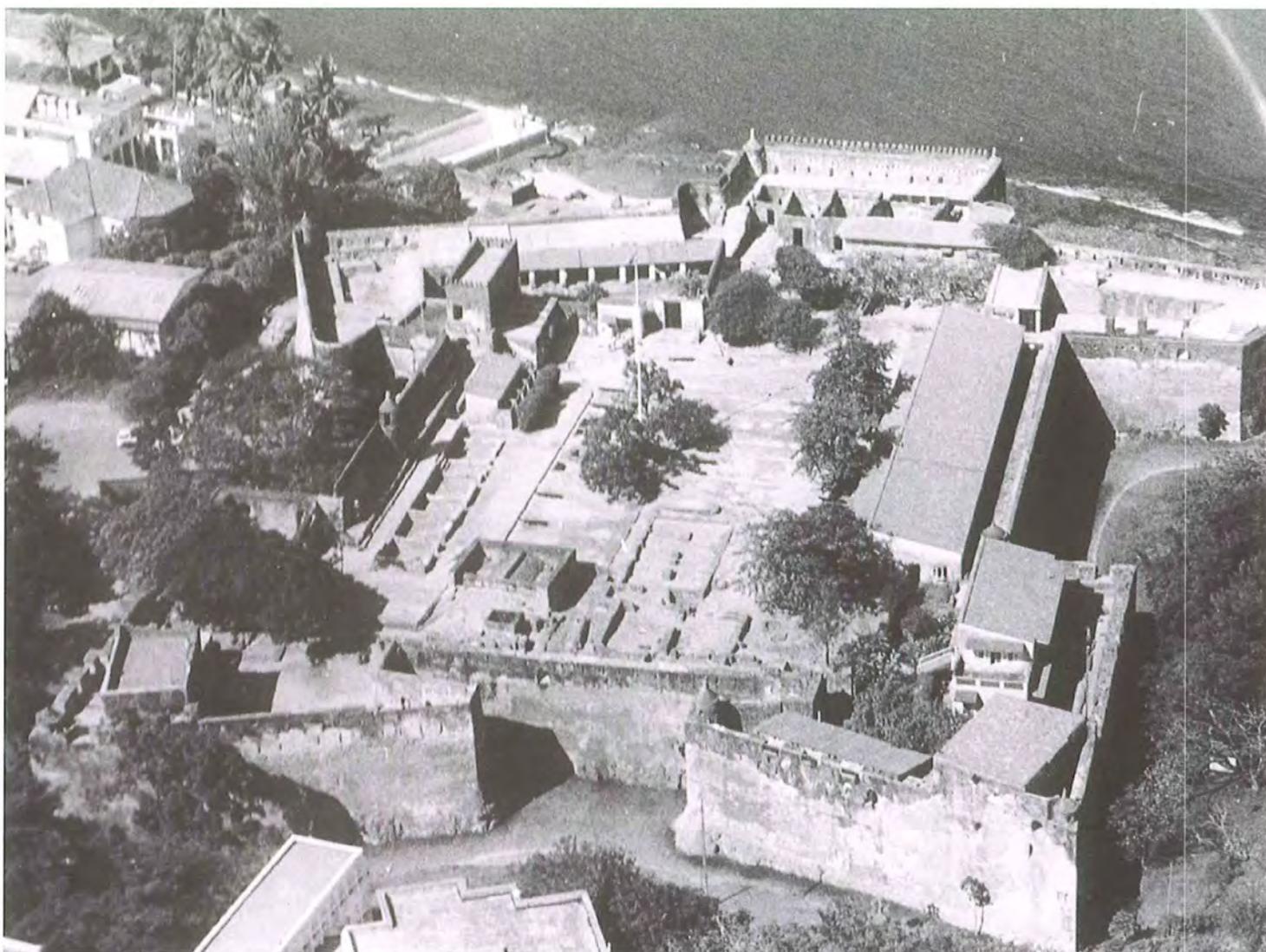
de ser – incompleto – e por imparável cumprimento de um destino – mítico – que é, segundo Sophia uma vez mais, o de «ousar a aventura a mais incrível – viver a inteireza do possível».

Somos navegadores do mesmo modo que somos poetas – por genética incapacidade de sermos outra coisa: demandar é a nossa condição anímica, a ponto de, em altura de profunda crise, termos inventado El-rei D. Sebastião, fazendo-o para a eternidade o vigário da nossa condição de demandantes presos ao chão.

Os portugueses viajaram ao longo dos tempos «para ganhar a vida» – comerciando, primeiro, instalando-se, em seguida, vendendo o seu trabalho, mais recentemente – mas sempre os moveu – e isso é claro na memória que deles resta nos quatro cantos do mundo – um genuíno interesse pelo que encontravam. Quando se critica a colonização portuguesa – comparando-a com a inglesa, por exemplo – por não ter deixado vestígios imponentes, está a criticar-se o que é a sua «diferença» interessante: a natural permeabilidade ao outro.

Na longa diáspora pelo mundo – que começou no séc. XV e tem continuado até hoje, pelos diversos continentes – aconteceram encontros de diversos graus. Muitos os que foram, menos os que voltaram, muito menos os que ficaram na História. Fernão Mendes Pinto, Pêro da Covilhã, João de Barros, Pêro Vaz de Caminha, Camões, Diogo Cão, Bartolomeu Dias, Vasco da Gama, D. Henrique, D. João II, D. Sebastião, Afonso de Albuquerque, D. João de Castro, D. Pedro II, Ivens e Capelo, Mouzinho de Albuquerque e, claro, Fernando Pessoa – quiçá o maior de todos os viajantes –, tantos e tantos que sabemos e não escrevemos ou que não lembramos ou que nem sabemos e que formam todos, connosco, esse cordão interminável que liga Portugal ao mundo todo e que são afinal as nossas únicas antenas parabólicas.

Se, em Marrocos, a presença pouco passou de militar – e belos são os vestígios ao longo do



litoral, de Tânger a Aguz, passando por Arzila e Mazagão, agora em plena recuperação – já em África (Cabo Verde, Ilha de Moçambique) e, sobretudo, no Brasil, Portugal parece ter querido transpor para lá o melhor de si e deixá-lo eclodir como planta em terra boa.

Nem sabe o que perde quem só conhece, do Brasil, o Rio de Janeiro e São Paulo. Porque é em

terras como Ouro Preto, Mariana, Cachoeira, Alcântara, Porto Seguro, Iguaçu que a nossa alma ficou de pé.

Quem decida dar uma volta ao mundo em busca de vestígios portugueses encontra-os em quase todo o lado: ao longo da Costa africana, com os padrões e os fortins assinalando as etapas da descoberta, ano a ano, morte a morte;

Forte Jesus de Mombaça, Quênia.
Arquivo da revista Oceanos/CNCDP.

ao longo do Atlântico, do Índico e do Pacífico, os nomes semeados, ilha a ilha (Ano Bom, Fernão Pó, Mascarenhas...) e, em algumas os hábitos e a língua persistentes até hoje: Timor, é claro, entre todas comovente. Como não falar, no entanto, do monumento por excelência que é o povo brasileiro ele próprio?

Já neste século, por pressões diversas, da economia e da política, os portugueses continuaram a encher o mundo – das Américas do Norte e do Sul, e da Europa, à procura de pão, mas de sonho também.

«Através do teu coração passou um barco / que não pára de seguir sem ti o seu caminho...».

Sophia diz por mim o que eu gostaria de ser capaz de dizer dos portugueses: mesmo quando ficam, estão a ir, mesmo quando foram, cá ficaram.

Almas estranhas que viajam à procura do que quase nunca trazem de volta. Porque, no fundo, sempre viajámos, não para descobrir, mas para sermos descobertos.

É talvez por isso a espécie de deslumbramento que a imprensa europeia refere quando fala da vaga de europeísmo em Portugal. Dizem que os portugueses não cabem em si de contentes por estarem enfim na Europa.

Creio que é verdade, que estamos contentes, e isso por dois motivos: primeiro pelo muito que temos a receber da Europa – quiçá a ponta mais visível do iceberg, aquela em que mais se fala – mas também pelo muito que pensamos levar-lhe – e esse será, creio eu, o campo de eleição para a nossa diplomacia no futuro.

No mundo que se desenha para o próximo milénio, duas dimensões assumem crescente importância: a planetária e a privada. Quanto à primeira, a do relacionamento multilateral, Portugal na clara linha da sua vocação antiga, pode assumir um papel de mediação, de inspirador de consensos, de articulador de interesses – entre grandes e pequenos países, entre o Norte e o Sul,

entre o Ocidente e o Oriente. Quanto à segunda, a esfera do relacionamento inter-pessoal, Portugal pode lutar pelo direito à diferença, na forma de viver e receber, pelo direito à memória dos sítios, pelo primado do coração. Já Monnet dizia *«Não coligamos estados, unimos homens».*

Sou dos que acreditam que não se caminha fatalmente para um mundo de destruição e morte. Não é fatal que continuem a morrer pessoas sob os obuzes e que continuem a morrer tradições sob os hamburgers, uns e outros todo-poderosos.

Não é fatal que estejamos condenados a habitar um mundo inabitável. Numa comunidade europeia que se vê confrontada com novos e difíceis desafios – tanto no ritmo e extensão da sua própria abertura, como na resposta a problemas externos em mudança alucinante – vozes como Portugal podem ter um papel determinante.

Ser pequeno de meios, antigo de história e novo de liberdades confere-lhe, quiçá, uma doce autoridade perante os seus parceiros – mais poderosos e mais esgotados – que Portugal deverá saber pôr ao serviço do futuro.

Portugal, de país de emigração, tornou-se agora país de imigração. São novos desafios que se lhe colocam e que ele terá de resolver dentro de uma linha de fidelidade à sua fama de país de aculturação por excelência. Até isso poderá ser um contributo significativo para os colegas da Europa que há mais anos se debatem com a imigração massiva de países africanos e asiáticos.

Acredito que este fim de século vai ver muita coisa nova. Vão fazer-se ouvir mais os que, por estarem longe do centro, mantiveram a cabeça fresca. Vão criar-se novas solidariedades. Solidariedade é, na verdade, o tema para este fim de milénio na Europa, vencido que está o grande combate da liberdade. É a busca solidária de uma vida plena para todos que será com efeito o grande combate do futuro.